

Trabalho e emprego

Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009*

Walter Arno Pichler**

Sociólogo e Economista da FEE

Este artigo apresenta uma visão panorâmica da evolução da filiação sindical e da taxa de sindicalização (ou densidade sindical)¹ no Brasil, entre 1992 e 2009, um período marcado por mudanças significativas na economia e nas relações laborais. O estudo apresenta a situação atual e a evolução da filiação sindical em geral no País e a evolução da distribuição da filiação sindical no meio urbano e na zona rural. Examina, igualmente, a evolução da distribuição da filiação sindical por sexo. Esse foco justifica-se devido ao considerável aumento da população feminina no mercado de trabalho, nas últimas décadas (Bruschini; Lombardi, 2002; Hoffmann; Leone, 2004; Hirata, 2002). Analisa, finalmente, a trajetória da afiliação sindical nas macrorregiões do País.

A fonte de dados empíricos é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A série histórica começa em 1992, pois esse é o primeiro ano a partir do qual existem dados comparáveis, e termina em 2009, ano das últimas informações publicadas pelo IBGE. Devido a dificuldades na obtenção de dados sobre a sindicalização nas macrorregiões para o ano de 2009, nessa parte o panorama das tendências compreende apenas o período 1992 a 2008.

A primeira seção descreve a evolução geral da afiliação sindical e da taxa de sindicalização total e por situação do domicílio no País. A segunda lança luz sobre a distribuição da sindicalização por sexo. A terceira descreve a evolução da filiação sindical, por sexo e por situação do domicílio, nas cinco macrorregiões do Brasil.

Tendências gerais da afiliação sindical

Entre 1992 e 2009, o número de indivíduos afiliados a sindicatos² no Brasil aumentou 50,4% em relação ao total geral de sócios em 1992, tendo atingido, no final do período considerado, cerca de 16.450,3 mil pessoas. O crescimento do número de associados levou a uma elevação nos níveis de densidade sindical, que passaram de 16,7% da população ativa em 1992 para 17,7% em 2009 (Tabelas 1 e 2).

O Gráfico 1 mostra que a densidade sindical caiu entre 1992 e 1999 (aqui denominada fase de **declínio**), enquanto, entre 1999 e 2008 (denominada fase de **recuperação**), aumentou significativamente. A fase de **declínio** coincidiu com o processo de globalização e a reestruturação produtiva, com o aumento do desemprego e com o aparecimento de formas atípicas e precárias de emprego (Moretto; Pochmann, 2006; Toni, 2007). Durante esse período, a densidade sindical caiu 0,6 ponto percentual, passando de 16,7% para 16,1% em relação a 1992. O número de afiliados cresceu em 574.600 pessoas durante esses anos. Em contraste, durante a fase de **recuperação**, o número de membros de sindicatos aumentou 4.941,5 mil, e a densidade sindical aumentou 1,7 ponto percentual, atingindo 17,7% da população ocupada. Este último período foi marcado, dentre outros aspectos, pelo aumento dos níveis de emprego, por uma expansão do emprego no setor serviços, por uma conjuntura política favorável aos sindicatos, pelo declínio do desemprego e das formas precárias de trabalho e pelo aumento dos rendimentos (Pochmann, 2008, p. 47-79; Toni, 2007). Observe-se que, no ano de 2009, ocorreu um recuo de, aproximadamente, 320,0 mil no número de associados e queda de 0,5 ponto percentual na taxa de sindicalização, fato que pode ser atribuído ao impacto da crise financeira internacional de 2008 no País.

* Revisora de Língua Portuguesa: Susana Kerschner.
Artigo recebido em 07 dez. 2010.

** E-mail: walter@fee.tche.br

O autor agradece os comentários e as sugestões de Bruna Kasprzak Borges. Erros que, eventualmente, tenham permanecido são de inteira responsabilidade do autor.

¹ A taxa de sindicalização (ou densidade sindical) é calculada dividindo-se o número de associados a sindicatos pelo número de ocupados.

² Afiliados a sindicato são todos aqueles que declararam ser membros de (ou associados a) sindicatos.

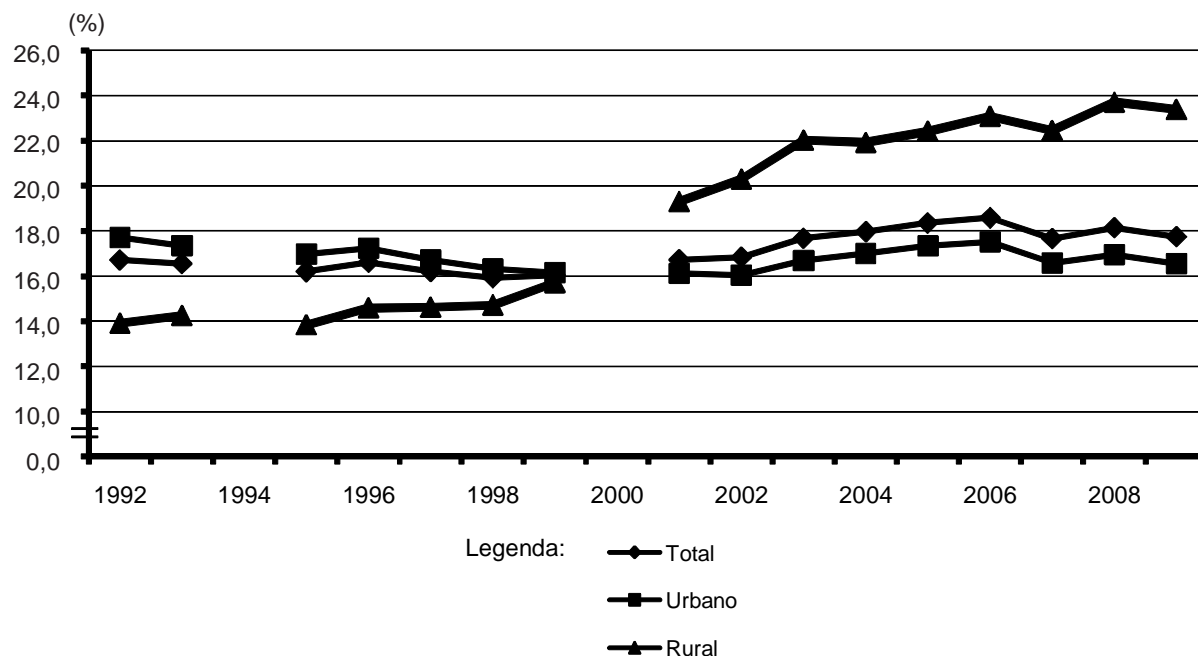
Considerando, agora, a afiliação sindical por situação do domicílio, pode-se ver que, entre o início e o final da série temporal, verificou-se um pequeno aumento da quantidade de afiliados nas áreas rurais em relação aos que vivem nas áreas urbanas (Tabela 1). Em 1992, 21,7% dos filiados viviam nas primeiras, e 78,3% nas últimas, enquanto, em 2009, 22,9% residiam nas primeiras, e 77,1% nas segundas. Quando examinados os níveis de densidade sindical durante esse período, percebe-se que os mesmos diminuíram em áreas urbanas, passando de 17,7% da população ocupada urbana em 1992 para 16,6% em 2009, enquanto, nas zonas rurais, as taxas de densidade aumentaram significativamente, passando de 13,9% da população ocupada nas áreas rurais para 23,4% (Tabela 2). Cabe ressaltar-se que, no ano de 2009, em comparação a 2008, a maior queda do número de afiliados (dois terços do total das perdas), bem como da taxa de sindicalização, ocorreu nas zonas urbanas.

Durante a fase de **declínio**, a densidade sindical caiu apenas nas áreas urbanas (-1,5 ponto percentual), enquanto, nas rurais, experimentou um aumento de 1,8 ponto percentual. Em contraste, durante a fase de **recuperação**, um aumento na proporção de filiados em sindicatos entre a população ocupada é visível nas áreas tanto urbanas (0,4 ponto percentual) como, especialmente, rurais (7,7 pontos percentuais).

Resumindo, entre 1992 e 2009, ocorreu um aumento do número de filiados e das taxas de sindicalização. As evidências empíricas mostram, no entanto, que esse aumento ocorreu durante o segundo subperíodo. Os dados mostram, igualmente, que, durante o primeiro subperíodo, a densidade sindical recuou e que essa diminuição se circunscreveu às áreas urbanas. Finalmente, a crise financeira internacional afetou principalmente a sindicalização nas áreas urbanas.

Gráfico 1

Taxa de sindicalização, por situação do domicílio, no Brasil — 1992-2009



FORNE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e associadas a sindicato, por situação de domicílio e sexo, no Brasil — 1992-2009

ANOS	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	10 934 194	7 800 291	3 133 903	8 560 596	5 899 715	2 660 881	2 373 598	1 900 576	473 022
1993	11 025 587	7 680 278	3 345 309	8 592 255	5 800 121	2 792 134	2 433 332	1 880 157	553 175
1995	11 281 372	7 670 986	3 610 386	8 893 337	5 932 067	2 961 270	2 388 035	1 738 919	649 116
1996	11 305 388	7 520 122	3 785 266	8 952 314	5 833 789	3 118 525	2 353 074	1 686 333	666 741
1997	11 240 974	7 441 943	3 799 031	8 820 834	5 752 648	3 068 186	2 420 140	1 689 295	730 845
1998	11 148 207	7 240 173	3 908 034	8 691 228	5 544 770	3 146 458	2 456 979	1 695 403	761 576
1999	11 508 813	7 387 837	4 120 976	8 768 845	5 572 474	3 196 371	2 739 968	1 815 363	924 605
2001	12 733 350	7 921 143	4 812 207	9 929 571	6 187 896	3 741 675	2 803 779	1 733 247	1 070 532
2002	13 299 208	8 314 658	4 984 550	10 303 052	6 468 753	3 834 299	2 996 156	1 845 905	1 150 251
2003	14 169 802	8 640 234	5 529 568	10 905 128	6 705 489	4 199 639	3 264 674	1 934 745	1 329 929
2004	15 200 906	9 295 312	5 905 594	11 547 276	7 102 084	4 445 192	3 653 630	2 193 228	1 460 402
2005	16 001 656	9 690 487	6 311 169	12 117 283	7 387 738	4 729 545	3 884 373	2 302 749	1 581 624
2006	16 594 477	10 027 763	6 566 714	12 686 809	7 765 626	4 921 183	3 907 668	2 262 137	1 645 531
2007	16 038 881	9 637 286	6 401 595	12 285 246	7 458 246	4 827 000	3 753 635	2 179 040	1 574 595
2008	16 770 135	10 088 911	6 681 224	12 895 582	7 838 454	5 057 128	3 874 553	2 250 457	1 624 096
2009	16 450 356	9 886 409	6 563 947	12 677 871	7 709 597	4 968 274	3 772 485	2 176 812	1 595 673

FONTE: PNAD-IBGE (Tabela 4.9).

Tabela 2

Taxa de sindicalização, por situação de domicílio e sexo, no Brasil — 1992-2008

ANOS	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	16,7	19,5	12,4	17,7	20,0	14,1	13,9	17,9	7,3
1993	16,6	18,9	12,9	17,4	19,3	14,3	14,3	17,7	8,6
1995	16,2	18,3	13,0	17,0	19,0	14,0	13,8	16,4	9,8
1996	16,6	18,2	14,2	17,2	18,8	15,0	14,6	16,5	11,3
1997	16,2	17,7	13,9	16,7	18,2	14,5	14,6	16,3	11,8
1998	15,9	17,1	14,1	16,3	17,4	14,6	14,7	16,1	12,4
1999	16,1	17,3	14,3	16,2	17,4	14,4	15,7	16,9	13,9
2001	16,7	17,6	15,5	16,1	17,2	14,6	19,3	19,0	19,9
2002	16,8	17,9	15,3	16,0	17,4	14,2	20,3	20,1	20,6
2003	17,7	18,4	16,6	16,7	17,8	15,2	22,0	20,8	24,0
2004	18,0	18,9	16,7	17,0	18,3	15,3	21,9	21,1	23,3
2005	18,4	19,2	17,2	17,3	18,6	15,7	22,4	21,5	23,9
2006	18,6	19,5	17,3	17,5	19,0	15,6	23,1	21,5	25,6
2007	17,7	18,4	16,7	16,6	17,8	15,0	22,4	20,8	25,2
2008	18,2	19,0	17,0	17,0	18,2	15,3	23,7	22,0	26,6
2009	17,7	18,6	16,6	16,6	17,9	14,8	23,4	21,5	26,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

A distribuição dos afiliados por sexo

Em 2009, o número de homens e mulheres afiliados a sindicato era de 9.886,4 mil (60,1% do total geral de associados) e 6.563,9 mil (39,9%) respectivamente. Entre 1992 e 2009, o número de sócios do sexo masculino aumentou 26,7%, enquanto os do sexo feminino mais do que dobrou (109,4%). O número de novos sócios do sexo feminino representa 62,2% todos os novos associados durante o período.

O crescimento da filiação de mulheres expressa-se em um aumento significativo da taxa de sindicalização feminina, a qual passou de 12,4% da população feminina ocupada em 1992 para 16,6% em 2009 (Tabela 1 e Gráfico 2). Em contraste, a densidade sindical masculina diminuiu, passando de 19,5% em 1992 para 18,6% em 2009. Portanto, o crescimento dos níveis de densidade sindical no País podem ser atribuídos ao aumento da filiação feminina e não da masculina. Assim, ao contrário do que aponta a literatura especializada internacional (Ramos, 2010, p. 111; Salamon, 1998, p. 98), no Brasil, o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho contribuiu para o aumento da taxa de sindicalização e não para o seu declínio.

O estudo da filiação sindical por sexo durante as duas fases acima identificadas indica que, na **fase de declínio**, a filiação sindical do sexo masculino e a densidade sindical masculina diminuíram, enquanto a filiação e a taxa de sindicalização femininas aumentaram. Na **fase de recuperação**, porém, tanto o número de associados quanto as taxas de sindicalização do sexo masculino e do sexo feminino aumentaram. Com isso, conclui-se que o declínio verificado na taxa de sindicalização total do primeiro subperíodo deveu-se exclusivamente à queda da filiação do sexo masculino. Já durante a fase de recuperação, o crescimento dos dois indicadores examinados é devido ao aumento da afiliação tanto de homens quanto de mulheres. Note-se que, na fase final do período considerado, o aumento da densidade sindical foi mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens (1,3 e 2,3 pontos percentuais respectivamente).

Observe-se que a crise financeira internacional de 2009 afetou mais fortemente a afiliação masculina do que a feminina. Os sindicatos perderam cerca de 202,5 mil homens e 117,3 mil mulheres.

Desagregando os dados por situação do domicílio, pode-se perceber que, entre 1992 e 2009, as mulheres nas áreas urbanas representavam 41,1% do total de novos

associados a sindicatos no País e, nas zonas rurais, 19,7%. Em contraste, os homens representam 33,2% e 6,0% de todos os novos membros nas áreas urbana e rural respectivamente. O aumento do número de mulheres em sindicatos é refletido no aumento das taxas de densidade sindical do sexo feminino, especialmente nas áreas rurais, as quais dispararam, passando de 7,3% das mulheres trabalhadoras rurais da população em 1992 para 26,5% em 2009 (um aumento 19,2 pontos percentuais). Nas áreas urbanas, o aumento da densidade sindical feminina foi menor, apenas 0,7 ponto percentual. Por sua vez, as taxas de densidade sindical do sexo masculino diminuíram nas áreas urbanas (-2,1 pontos percentuais), enquanto, nas rurais, experimentaram um aumento 3,6 pontos percentuais.

Considerando, agora, a evolução da densidade sindical por sexo e por situação do domicílio durante os subperíodos, pode-se ver que, entre 1992 e 1999, o declínio acima salientado na densidade sindical ocorreu apenas entre os homens, nas áreas tanto rurais quanto, especialmente, urbanas. Em contraste, durante o mesmo período de tempo, as mulheres experimentaram um aumento nas áreas tanto urbanas quanto, especialmente, rurais — nas quais houve um aumento significativo de 6,5 pontos percentuais. No entanto, ao longo da fase de recuperação, verificou-se, nas áreas rurais, um aumento significativo das taxas de sindicalização masculinas e, especialmente, das taxas femininas (4,6 e 12,6 pontos percentuais respectivamente). Nas áreas urbanas, também é perceptível um ligeiro aumento nos níveis de densidade, tanto para homens quanto para mulheres.

Note-se que a queda, acima referida, da sindicalização no ano de 2009, em relação a 2008, afetou de forma mais forte o sindicalismo feminino das áreas urbanas do que o masculino. As mulheres sofreram queda de 0,5 ponto percentual, e os homens de 0,3 ponto percentual. Já nas áreas rurais, foram os homens que acusaram recuo mais pronunciado (de 0,5 ponto percentual), enquanto a densidade sindical das mulheres se manteve relativamente estável.

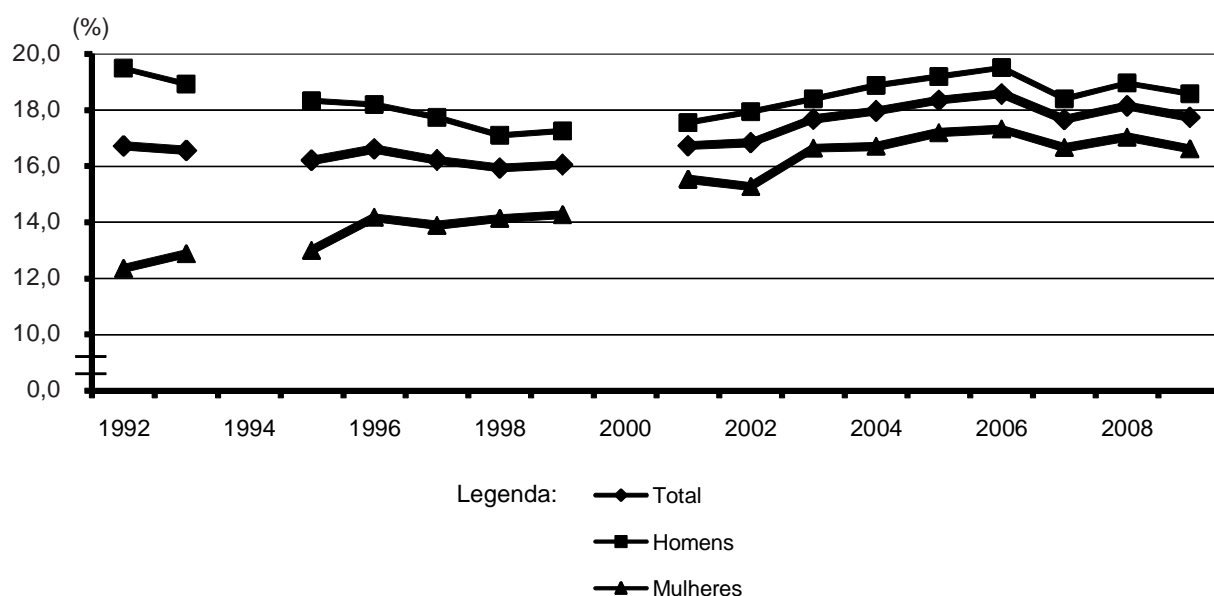
Resumindo, os homens ainda são maioria nos sindicatos brasileiros, a despeito do crescimento significativo do número de mulheres nos sindicatos em todo o período. A participação das mulheres nas organizações de representação dos trabalhadores, indicada pelas taxas de sindicalização, cresceu especialmente nas áreas rurais. Em contrapartida, a participação masculina sofreu uma redução, especialmente em áreas urbanas. O declínio no número de afiliados do sexo masculino foi compensado por um aumento significativo de mulheres, especialmente durante

o primeiro subperíodo. Caberia chamar a atenção, finalmente, para o fato de que a crise de 2009 afetou a afiliação de ambos os sexos. As mulheres sofreram um

recuo mais pronunciado do que os homens nas áreas urbanas, situação contrária à encontrada nas áreas rurais.

Gráfico 2

Taxa de sindicalização, por sexo, no Brasil — 1992-2009



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Evolução da densidade sindical nas macrorregiões do País

O último aspecto analisado foi o da evolução do associativismo sindical nas macrorregiões brasileiras — assim como são definidas pelo IBGE (Figura 1).³ Em 2008, a Região Sudeste (Tabela 3) contabilizava o maior número

de filiados a sindicatos no País (40,2%). Seguem, por ordem de importância, as Regiões Nordeste, que, no mesmo ano, reunia 28,7% do total, Sul (19,0%), Centro-Oeste (6,2%) e Norte (6,0%).

Na Tabela 3, pode-se ver que a filiação sindical aumentou em todas as regiões entre 1992 e 2008. Os maiores crescimentos ocorreram nas Regiões Norte (210,4%), Nordeste (86,5%) e Centro-Oeste (65,7%), as três macrorregiões com menor PIB e com a menor participação da indústria no PIB regional.

³ O território brasileiro pode ser dividido, de acordo com o IBGE (2009), em cinco macrorregiões (Figura 1). A Região Sudeste, a mais populosa e rica do País, reunia, em 2006, cerca de 40,0% da população e produzia 56,5% do PIB nacional. No mesmo ano, a indústria de transformação representava 16,7% do PIB regional (Tabela 3). A Região Sul, o segundo maior PIB do País (16,6%), reunia cerca de 14,0% da população. Nesse território, a indústria de transformação tinha a maior participação no PIB regional,

comparando-se com as demais macrorregiões. A Região Nordeste produzia 13,1% do PIB brasileiro e reunia a segunda maior população do País (cerca de 27,0%). Nessa área geográfica, a produção industrial representava 10,5% do PIB regional. As Regiões Centro-Oeste e Norte eram aquelas com a menor participação no PIB brasileiro, com o menor percentual da população, bem como com os mais baixos níveis de industrialização.

Os maiores aumentos da afiliação feminina ocorreram nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, enquanto o menor se registrou na Sul. A afiliação masculina, por sua vez, experimentou o maior aumento na Região Norte e o menor na Sul.

Em 2008, taxas de densidade sindical acima da média nacional foram registradas na Região Sul (21,7% da população ocupada na Região) e na Nordeste (19,6%). As menores taxas foram encontradas nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte.

Comparando-se 2008 com 1992, pode-se ver que a densidade sindical diminuiu ou permaneceu relativamente estável nas macrorregiões mais industrializadas, como são os casos das Regiões Sul e Sudeste (Tabela 3). Em contraste, as taxas de sindicalização aumentaram nos territórios menos industrializados, ou seja, nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Em outras palavras, as evidências empíricas parecem indicar uma relação inversa entre o grau de industrialização e a variação de densidade sindical e vice-versa.

Desagregando os dados por situação do domicílio dos afiliados, pode-se ver, no Gráfico 3, que as taxas de densidade sindical aumentaram nas zonas rurais de todas as regiões, especialmente na Nordeste (13,1 pontos percentuais). Nas áreas urbanas, ao contrário, elas diminuíram em todo o território nacional, com exceção da Região Nordeste.

Por fim, pode-se ver que as taxas de densidade sindical femininas aumentaram em todas as macrorregiões. No entanto, pode-se destacar a Região Nordeste, na qual a participação das mulheres nos sindicatos se elevou substancialmente (11,6 pontos percentuais) no período. Em contraste, as taxas de densidade sindical masculinas diminuíram nas áreas mais ricas e industrializadas do País, notadamente na Região Sudeste e, especialmente, na Sul, nas quais elas recuaram 4,4 pontos percentuais. As evidências sugerem uma relação inversa entre a variação dos níveis de industrialização e a variação da densidade sindical masculina.

No Gráfico 3, pode-se ver que a presença feminina em sindicatos aumentou significativamente nas áreas rurais de todas as macrorregiões, principalmente na Região Nordeste, nas quais a taxa de sindicalização feminina experimentou um incremento de 26,2 pontos percentuais. Já nas áreas urbanas, as taxas de sindicalização cresceram nas Regiões Sudeste e, sobretudo, Nordeste, enquanto, as Regiões Centro-Oeste e Sul sofreram pequenas quedas. Em contraste, as taxas de densidade sindical do sexo masculino experimentaram uma queda nas áreas urbanas de todas as macrorregiões,

com exceção da Região Nordeste, onde permaneceram relativamente estáveis. Já nas áreas rurais de quase todas as macrorregiões, a taxa de sindicalização masculina apresentou crescimento. A exceção foi a Região Sul, na qual a taxa permaneceu relativamente estável.

Resumindo, o estudo do associativismo nas macrorregiões do País mostra que dois terços dos afiliados a sindicato residiam nas Regiões Sudeste e Nordeste. Na Região Sul, a que apresenta o maior percentual da indústria de transformação na formação do PIB regional, as taxas de densidade sindical eram as mais elevadas, embora em um processo de declínio. A Região Nordeste, em conjunto com as demais áreas menos industrializadas, foi onde os níveis de densidade experimentaram o maior aumento. A elevação (ou estabilidade) das taxas de densidade em quase todas as macrorregiões pode ser explicada pelo aumento de participação das mulheres nos sindicatos, particularmente nas áreas rurais. A participação masculina em sindicatos, ao contrário, tendeu a diminuir nas áreas urbanas de quase todas as macrorregiões e a aumentar nas áreas rurais.

Figura 1

Taxa de sindicalização nas macrorregiões do Brasil — 2008

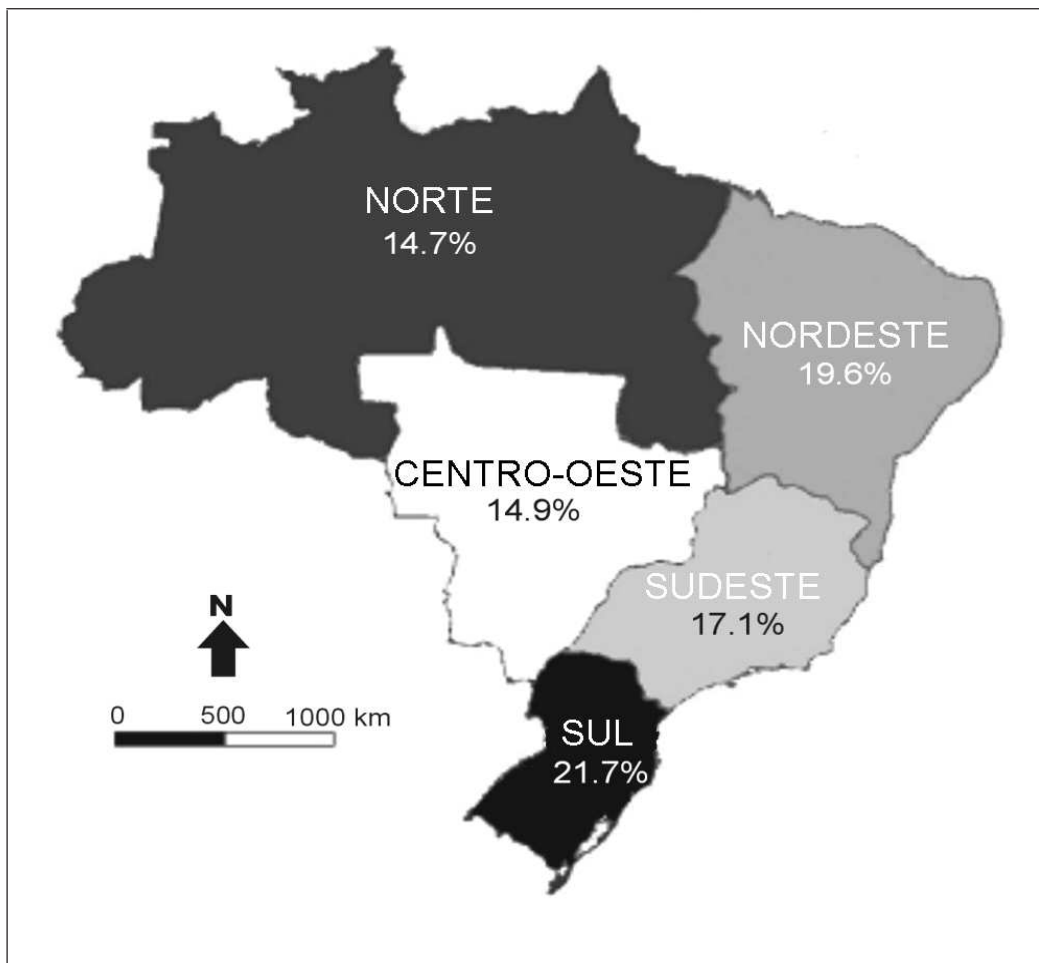


Tabela 3

Características econômicas, afiliação sindical e taxa de sindicalização das macrorregiões e do Brasil — 1992-2008

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO SUL	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO CENTRO-OESTE	REGIÃO NORTE
Percentual do PIB nacional (1)	100,0	56,53	16,59	13,06	8,86	4,96
Percentual da indústria manufatureira no PIB regional (1)	17,4	16,7	21,5	10,5	8,7	9,8
Percentual do número de afiliados no total nacional (2)	100,0	40,2	19,0	28,7	6,2	6,0
Varição do total de afiliados (%)	53,4	42,0	19,8	86,5	65,7	210,4
Varição do total de mulheres afiliadas (%)	243,3	387,1	66,7	327,7	401,4	235,0
Varição do total de homens afiliados (%)	32,9	25,3	11,8	57,9	50,0	198,5
Taxa de sindicalização (2)	18,2	17,1	21,7	19,6	14,9	14,7
Varição da taxa de sindicalização total (%)	1,4	0,2	-1,5	5,7	1,3	1,4
Varição da taxa de sindicalização feminina (%)	4,7	2,3	2,9	11,6	1,9	1,9
Varição da taxa de sindicalização masculina (%)	-0,5	-0,6	-4,4	1,9	1,1	1,0

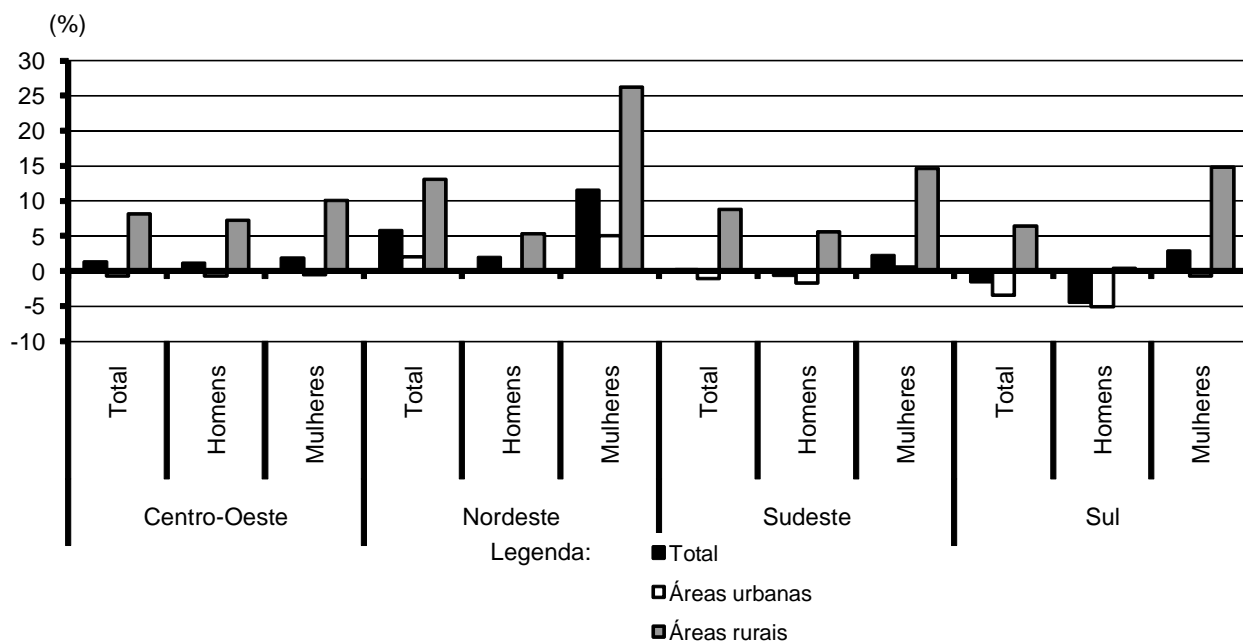
FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>>.IBGE. Contas Regionais 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2009.

(1) Dados do ano de 2006. (2) Dados do ano de 2008.

Gráfico 3

Variação da taxa de sindicalização nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul — 1992-2008



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo traçar uma visão panorâmica das tendências da filiação sindical no Brasil entre 1992 e 2009. Uma das principais conclusões do estudo é que o Brasil é um poucos dos países no mundo industrializado no qual os níveis de sindicalização experimentaram um crescimento, ao invés de um declínio, na última década (Bamber, Lansbury; Wailes, 2004; Ben-Israel; Fisher, 1994; Ramos, 2010). É possível que o crescimento das taxas de densidade esteja associado, dentre outros aspectos, ao aumento dos níveis de emprego, ao clima político favorável para os sindicatos (especialmente durante os anos 2000), bem como à capacidade dos sindicatos de recrutar novos grupos de trabalhadores.

A segunda conclusão é que um declínio da densidade sindical total ocorreu apenas durante a década de 1990 e que a queda foi circunscrita às zonas urbanas. Nas áreas rurais do país os níveis de filiação e as taxas de densidade aumentaram consideravelmente durante todo o período.

A terceira constatação é que o crescimento da filiação sindical e da densidade sindical no Brasil pode ser atribuído principalmente ao aumento do associativismo sindical feminino. Este último foi responsável por sessenta por cento de todas as novas entradas durante o período. Dois terços de todas as mulheres afiliadas durante o período em estudo, em termos absolutos, ocorreu em áreas urbanas. O maior crescimento da taxa de sindicalização de mulheres, no entanto, ocorreu nas áreas rurais. O estudo mostra ainda que com exceção do Centro-Oeste, o número de mulheres que se associaram aos sindicatos foi maior do que o de homens nas demais macrorregiões. O mais forte aumento da participação feminina nos sindicatos ocorreu no Nordeste.

Em quarto lugar, a pesquisa mostra que a densidade sindical diminuiu (ou permaneceu estável) nas macrorregiões mais industrializadas do País. Nas menos industrializadas, no entanto, a participação dos trabalhadores em sindicatos aumentou consideravelmente, especialmente na Região Nordeste.

Este estudo levantou questões que demandam pesquisas futuras. Uma diz respeito aos fatores que conduziram à reversão do declínio sindical no Brasil. Outra linha de pesquisa poderia estar relacionada com explicações sobre o aumento significativo da participação feminina nos sindicatos, particularmente nas áreas rurais. Existe uma carência de estudos sobre esse tema na América Latina. Uma nova linha de estudos poderia ser

sobre as disparidades da sindicalização no Brasil dentro de uma perspectiva regional. Finalmente, o impacto do sindicalismo na sociedade brasileira poderia ser objeto de investigações.

Referências

- BAMBER, G. J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. (Ed.). **International and comparative employment relations: globalisation and the developed market economies**. Londres: Sage, 2004.
- BEN-ISRAEL, G.; FISHER, H. Trade unions in the future: organisational strategies in a changing environment. In: NILAND, J. R.; LANSBURY, R. D.; VEREVIS, C. (Ed.). **The future of industrial relations: global change and challenges**. Londres: Sage, 1994. p. 135-151.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e trabalho**, v. 2, p. 95-106, 2002.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Sociais da UFMG**, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.
- IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2009.
- MORETTO, A.; POCHMANN, M. A retomada do emprego em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS BR; RS 1992/1993, 1995/1999, 2001/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2010.
- POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RAMOS, J. Sindicalismo en el "Sur" en la era de la globalización. Revista da CEPAL, n. 100, p. 97-121, abr. 2010.
- SALAMON, Michael. **Industrial relations: theory and practice**. Londres: Prentice Hall, 1998.

TONI, M. O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre: o desempenho favorável do período recente reverteu a precarização do trabalho dos anos 90? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 1, p. 61-70, 2007.